

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA

# Servidor vai ter de pagar mais para se aposentar

Um dos pontos avaliados pelo governo federal é quanto ao aumento de 11% para 14% na contribuição de funcionários públicos

Heloiza Camargo

O presidente Michel Temer recebeu na tarde de ontem o estudo técnico sobre a reforma da Previdência elaborado pela sua equipe. A informação é do ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha.

Um dos pontos avaliados pelo governo federal é quanto ao aumento de 11% para 14% na contribuição de servidores públicos para a previdência.

Além disso, de acordo com Padilha, é importante reforçar que a reforma não visa tirar direitos. “Ninguém perde nada, ela é para garantir que a Previdência vá continuar existindo no Brasil”, disse.

Padilha lembrou ainda que o déficit na Previdência projetado para o próximo ano é de R\$ 180 bilhões a R\$ 200 bilhões.

Em entrevista à rádio Jovem Pan, também ontem, o Presidente disse que a reforma deve chegar ao Congresso em até duas semanas.

Para a semana que vem, o Palácio do Planalto já marcou reunião com as centrais sindicais para discutir a reforma previdenciária. O encontro foi agendado para a próxima terça-feira.

Na opinião da presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Jane Berwanger, se tudo o que vem sendo falado até agora sobre a reforma da Previdência se concretizar, os segurados serão prejudicados, e não beneficiados.

“É muito complicado porque o



ELISEU PADILHA lembrou que o déficit na Previdência projetado para 2017 é de R\$ 180 bilhões a R\$ 200 bilhões

ADRIANO MACHADO / REUTERS - 18/06/2016

governo fala em reformar os benefícios, mas não diz nada sobre melhorar o sistema”.

Ela completa dizendo que, para ser legítima, a reforma tem de afetar também servidores públicos e militares. “Como mexer no que ganha menos e não mexer no que ganha mais? Seria incoerente”.

Para a advogada previdenciária Maria Regina Couto Uliana, que é a coordenadora no Estado do IBDP, seria possível evitar o que ela considera como uma reforma “drástica” – principalmente em relação à exigência de uma idade mínima de 65 anos para se aposentar – se o governo combatesse as fraudes previdenciárias, por exemplo.

“Há empresas que deixam de fazer o recolhimento correto do INSS, e consequentemente, o repasse. O controle disso deveria ser tão eficiente quanto o da Receita Federal”.

## SAIBA MAIS

### Benefício é maior no setor público

#### Previdência

##### INSS

> O TETO é de R\$ 5.189,82.

> HOJE, uma pessoa do setor privado que se aposenta por idade, aos 65 anos, tendo trabalhado toda a vida, muitas vezes no setor informal, recebe um benefício médio de R\$ 1.197,44, segundo o Boletim Estatístico de Previdência Social.

> UM TRABALHADOR do setor privado que se aposente por tempo de contribuição, ou seja, 30 anos para mulheres e 35 anos para homens, recebe um benefício médio de R\$ 2.303,80.

##### REGIMES ESPECIAIS

> UM SERVIDOR público do Poder Exe-

cutivo, ao se aposentar, recebe em média um benefício de R\$ 7.458, de acordo com o Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento.

> AO ENTRAR PARA a reserva, os militares das Forças Armadas recebem um valor médio de R\$ 9.446.

> OS SERVIDORES do Ministério Público Federal, recebem, em média, R\$ 17.904 ao se aposentarem.

> O VALOR pago aos aposentados do setor público é muito superior ao que recebe quem trabalhou na iniciativa privada. Em média, um servidor do Legislativo recebe o valor de R\$ 28.587.

Fonte: Jornal O Globo

## Arrocho previdenciário chega aos estados

Marcos Rosetti  
BRÁSILIA

Reunidos ontem no Palácio do Planalto, com o presidente Michel Temer, oito governadores, entre eles o governador do Estado, Paulo Hartung (PMDB), ouviram do Presidente que a União precisa do apoio de todos para aprovar a reforma da Previdência, e que os estados terão que aumentar a contribuição de servidores estaduais para tentar diminuir o déficit.

Atualmente, a maior parte dos estados usa como limite de contribuição o mesmo valor da União, de 11% do salário bruto.

Ao final da reunião, o governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, afirmou que as medidas a serem tomadas “são impopulares, mas necessárias”.

Em Santa Catarina, o estado já elevou o limite para 14%. “A situação da Previdência é explosiva, o sistema vai quebrar se nada for feito. Temer pediu apoio dos governadores em favor da reforma. A alíquota vai aumentar também nos estados”, disse.

Outra reunião com os governadores, ampliada para os 27, está marcada para o dia 13, na residência oficial do governo em Brasília.

Também estiveram na reunião de ontem os governadores de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB); do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB); de Alagoas, Renan Filho (PMDB); de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori (PMDB), e do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg (PSB).

Também participaram os ministros interino da Fazenda, Eduardo Guardian e o chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha.

“Temer pediu apoio dos governadores em favor da reforma. A alíquota vai aumentar também nos estados”

Raimundo Colombo, gov. Santa Catarina

## Proposta prevê nova lei

A proposta de reforma previdenciária, apresentada ao presidente Michel Temer, prevê a criação de uma Lei de Responsabilidade Previdenciária, com o mesmo objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal e que também valerá para Estados e municípios.

Essa lei, que será regulamentada depois da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma, deve trazer regras para exigir maior governança em relação à previdência do funcionalismo.

O texto também vai incluir a permissão de que Estados e municípios possam aderir à Funpresp, o fundo de previdência do setor público federal, medida já anunciada.



CONSTITUIÇÃO: mudanças

O governo estuda incluir na reforma autorização para que a previdência complementar de servidores seja administrada por um fundo privado.

## ANÁLISE

### “É muito importante não fazer as coisas de forma atropelada”

“Decerto que há necessidade de se equilibrar as contas da Previdência, pois o seu custo aumentou quase oito vezes nos 20 últimos anos.

Isso é resultado do aumento da expectativa de vida da população combinado com um menor número de jovens ingressando no mercado de trabalho.

A famosa pirâmide populacional brasileira sustentou a Previdência durante décadas, porém essa pirâmide já não existe mais e, hoje, tem formato mais próximo de um barril,

Isso significa que a quantidade de brasileiros que trabalham e sustentam a Previdência está se igualando, ano a ano, aos que hoje estão aposentados e dependem desse “caixa” para sobreviver. É preocupante, pois corremos o risco de a Previdência quebrar.

Todavia, é muito importante não fazer as coisas de forma atropelada. A administração pública deve começar a trabalhar com planejamento e controle para que o povo não viva, a todo tempo, em pânico e correndo

para se aposentar na primeira oportunidade, o que acaba agravando ainda mais as contas públicas.

As medidas que o governo tenta emplacar, muito duras por sinal, certamente resolverão os problemas do prejuízo das contas da Previdência, porém será que medidas copiadas de países europeus são viáveis para o caso brasileiro?

Por isso defendo uma análise cuidadosa em diversas frentes, para que as coisas não sejam decididas com base na tentativa e erro.”

Marcelo Loyola,  
economista e  
coordenador geral da  
Faculdade Pio XII

